

Ata Circunstanciada da 16ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 13 DE MARÇO DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H03MIN

TÉRMINO ÀS 17H11MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quarta-feira, 13 de março de 2024, às 15 horas e 3 minutos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Pastor Daniel de Castro a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Obrigado, deputado.

Informando que, além das outras ausências devidamente justificadas, registramos a ausência da deputada Paula Belmonte em razão do falecimento do seu pai, ocorrido ontem à noite. Registro a nossa solidariedade, os nossos sentimentos à deputada Paula Belmonte, aos seus familiares e amigos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, boa tarde. Boa tarde aos demais deputados, deputada Doutora Jane, aos servidores desta casa e a todos aqueles que assistem a nós pela TV Câmara Distrital e pelas redes sociais desta casa.

Eu quero trazer duas pautas muito importantes, presidente. A primeira é que hoje pela manhã eu estive em Brazlândia. Um pessoal me procurou querendo fazer um campeonato de tênis, e nós aportamos um recurso na Secretaria de Esporte. E eles estão executando o 1º Campeonato de Tênis em Brazlândia, com a participação de 86 atletas. O campeonato é dirigido por uma família de atleta – o marido é tenista, a esposa e as 2 filhas também; uma delas, inclusive, campeã brasileira. E acabou que eu fui lá também. Eles me chamaram para fazer um treino.

Pensa bem, eu nunca peguei em uma raquete de tênis, deputado Fábio Félix. Eu nunca joguei tênis. Eu peguei a raquete e fui dar um saque e, em vez de jogar assim, eu joguei não sei para onde a bola. Mas eu fiz questão de ir lá, primeiro, para fazer a fiscalização dessas emendas que aportamos, que vão fazer a realização de um trabalho social. Porque lá eles estão fazendo esse campeonato de tênis e, ao mesmo tempo, a escolinha de futebol.

Qual foi a minha felicidade? Primeiro, ver alunos que não têm possibilidade nenhuma de fazer uma prática de esporte, porque às vezes não têm um tênis para irem praticar esporte. E o projeto abarcou uniforme, a raquete, as bolinhas e os tênis. E eu fui lá conhecer esse projeto e fiquei extremamente feliz e empolgado com a possibilidade de gerar oportunidades.

Eu estava, deputado Chico Vigilante, com a raquete na mão, não entendo nada de tênis, mas sou apaixonado, assisto a todos esses *grand slam* de tênis. Eu assisto a todos, porque eu gosto de ver

aqueles homens e aquelas mulheres disputando partidas de tênis. Como eles são fortes no saque, na defesa. Vendo-os ali com uma raquete na mão veio-me à memória: em uma raquete dessa está depositado um sonho, o sonho de alguém que deseja se transformar em um atleta.

Senhor presidente, eu saí de lá e fui ao Instituto Bom de Bola conhecer o trabalho das crianças que fazem atividade esportiva, fruto de uma emenda parlamentar. Qual foi a minha alegria quando eu cheguei lá? Primeiro porque estava cheio de crianças, todas uniformizadas, com tênis, chuteira nova, caneleira, meião, calção, camisa. Para a nossa felicidade, lá havia um olheiro da Ferroviária de Araraquara, um time profissional que estava peneirando esses meninos para levá-los para São Paulo.

Senhor presidente, o David e o Eden, os executores, falaram que na semana passada mandaram 16 garotos para vários estados do Brasil: para Goiânia, para São Paulo, para o Grêmio, no Rio Grande do Sul. Crianças que já passaram pela peneira e foram aprovadas para a categoria de base de times. Eu disse: "Deus, quem sabe essa pode ser uma oportunidade que vamos gerar para essas crianças". Cada vez mais eu incentivo cada um de nós a continuarmos fazendo isso.

Senhor presidente, uso esta tribuna para trazer outra pauta, direcionada ao nosso governador, ao nosso secretário da Casa Civil, à secretária de saúde, doutora Lucilene, e ao doutor Juracy do Iges – há pouco falei com ele. Eu recebi uma pessoa em meu gabinete que falou sobre as mulheres que enfrentam o problema do câncer, que fazem radioterapia e quimioterapia. Ele atende na rede particular e confidenciou-me que várias mulheres que passam por esse processo se separam dos seus maridos. Eu perguntei a ele o porquê, e ele explicou-me que essas mulheres que usam a radioterapia, que fazem quimioterapia, perdem o líquido do seu órgão genital feminino. Com isso elas não conseguem ter uma vida sexualmente ativa. Isso atrapalha o relacionamento, muitas vezes elas são deixadas pelos seus maridos.

Eu falei para ele que ontem nós aprovamos um projeto de minha autoria que determina ao Governo do Distrito Federal que autorize a cirurgia de recomposição da mama perdida pela mulher por causa do tratamento de câncer. Às vezes, ela descobriu um câncer de mama e teve que retirá-la, isso tira a sua autoestima. Essa mulher terá outra qualidade de vida se o governo autorizar a reparação da sua mama.

Ele me falou que, na rede particular, há um aparelho, laserterapia, custa em torno de 4 mil reais. Quando a mulher enfrenta esse problema e realiza esse tratamento, adquire novamente esse líquido que a lubrifica, fazendo com que ela volte a sua atividade sexual. Mas, na rede pública, não há esse aparelho. Deixo aqui meu pedido ao governador, à secretária Lucilene, ao doutor Juracy do Iges, ao nosso secretário da Casa Civil...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... que o GDF adquira esse aparelho para a rede pública para que nós possamos atender essas mulheres.

Senhor presidente, ele me falou que um técnico de saúde, um enfermeiro, pode realizar esse procedimento, demora apenas 15 minutos, assim, a mulher não perderá a qualidade da sua vida sexual. Isso é muito importante, ela está passando por um processo doloroso, o câncer, que destrói tanto. Eu acho que é muito importante assumir esse papel.

Eu falei para ele me dar o embasamento, pois vou fazer um projeto de lei e apresentar nesta casa. Espero que os deputados nos ajudem e, quem sabe, juntos, possamos trabalhar nisso, deputado Eduardo Pedrosa – V.Exa. que é da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças –, para levantarmos recursos. É um aparelho que custa 4 mil reais e que pode mudar a qualidade de vida das mulheres.

Eu entendo que, como nós estamos no meio das mulheres, tudo que nós pudermos fazer por elas ainda é pouco. Eu disse que nós temos uma vantagem, porque temos um presidente que é fera quando a tratativa é sobre a mulher. O mês de março é para as mulheres, e o mês de maio, como V.Exa. já disse, também será dedicado às mulheres.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro. Diante do valor, que é realmente muito baixo, e tendo em vista a importância que tem, de repente nos juntamos, nós deputados, e compramos um aparelho desse para cada hospital público. Quatro mil reais! Vamos supor que haja 20 ou 25, nós não vamos gastar 100 mil. Eu acho que nós deveríamos fazer esse esforço porque é algo extremamente importante. Da nossa parte, já fica o meu compromisso de ajudar no que for necessário. Parabéns pela iniciativa e por trazer a esta casa um tema tão importante como esse; mais uma vez, respeitando as mulheres desta cidade. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas.

Antes de qualquer coisa, eu queria prestar a minha solidariedade e os meus sentimentos à família da deputada Paula Belmonte. O pai dela, senhor Luiz Antônio, faleceu e peço a Deus que conforte o coração dela e de toda a sua família.

Hoje pela manhã, nós fomos surpreendidos com uma notícia, no *Bom Dia DF*, que nunca é agradável de ver. Foram encontradas larvas, deputada Doutora Jane, na comida do Rorizão de Brazlândia. Essa é uma acusação muito grave. Nós sabemos do trabalho que a Ana Paula faz na Sedes, nós sabemos da seriedade que o governo tem com o projeto dos restaurantes comunitários. Eu declaro agora que nós vamos investigar esse ocorrido, deputado Chico Vigilante, para saber se a denúncia tem fundamento ou não, a fim de trabalhar para que isso não aconteça de novo e encontrarmos os responsáveis.

As pessoas que comem no restaurante comunitário não precisam comer comida estragada, comida podre, só porque estão passando por necessidade, não! Dignidade é você ter o direito de comer comida de qualidade a um preço razoável, todos os dias. O GDF custeia a alimentação, as empresas recebem valores milionários. Então, não é aceitável a comida estar estragada, a comida ter larva.

Toda semana, quando estou fazendo agenda nas cidades, eu almoço, junto com a minha equipe, nos restaurantes comunitários para ter o *feedback* da população, saber se a comida está boa, se eles estão sendo bem atendidos, se as pessoas lá dentro sentem-se seguras, se há segurança, especialmente nos que já estão abrindo à noite.

Eu vou fazer um compromisso neste mês, eu e a minha equipe vamos almoçar todos os dias lá no Rorizão de Brazlândia para ver se essa acusação realmente tem fundamento ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É bom que vocês vão inventando coisa... Depois, eu vou dizer o quê?

Uma questão de ordem camuflada de aparte...

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Isso, para ele poder acrescentar à minha fala também.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao deputado Iolando.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Joaquim Roriz Neto, esse assunto me interessa, obviamente, porque moro lá na região de Brazlândia e já almocei muitas vezes no hospital. Estava marcado para eu ir na sexta-feira, mas eu estava com excesso de agenda e não pude estar lá. Eu fui convidado pelo gerente, o Bruno, que assumiu a gerência, deputado Wellington Luiz.

Nunca houve caso semelhante em nenhum dos restaurantes Rorizão – esse título foi colocado por nós nos restaurantes comunitários, em homenagem ao seu avô. Nunca houve isso! Foi um caso à parte o que aconteceu: a pessoa comprou a marmita lá e a levou para uma chácara. Quando ela a abriu, disse que identificou essa situação. Não houve uma só reclamação de quem estava lá dentro se alimentando. Não houve nenhuma notificação das pessoas que se alimentavam ou que se alimentam daquele almoço, que é servido todos os dias com o acompanhamento da nutricionista.

Eu entrei em contato com o gerente, o Bruno, e ele entrou em contato com a empresa. Segundo eles, estão fazendo um relatório, mas não se identificou nada que possibilitasse que o alimento estivesse contaminado. Tratava-se de um peixe fervido a uma alta temperatura no óleo quente. O peixe foi aquecido no calor excessivo do óleo quente. Eu não acredito nisso! Todos estão duvidando. Como essa larva sobreviveu a essa temperatura do óleo quente em que se esquentou o peixe?

Então, é um caso esporádico. Isso nunca aconteceu e precisa, de fato, ser estudado. Porém, quero falar da excelência tanto do restaurante comunitário de Brazlândia quanto de todos os restaurantes comunitários do Distrito Federal. Eles têm qualidade da alimentação, com pouca quantidade de sal, com pouca quantidade de oleosidade. Há uma averiguação constante da nutricionista, há uma equipe bem precisa.

Quero comungar com a fala de V.Exa. porque é um caso atípico que não estamos acostumados

a ver.

Muito obrigado pela oportunidade do aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acabou o tempo de fala, deputado. Resolva-se com o deputado Iolando. Eu falei para o senhor não conceder o aparte. Está satisfeito, deputado Iolando? O senhor consumiu o tempo todo do deputado. Ainda bem que sou do MDB, que é democrático, e concederei tempo ao PL.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Deputado, concordo 100% com V.Exa. O histórico dos restaurantes comunitários é de uma entrega de excelência. Nós fazemos todo tipo de prevenção que conseguimos para que esses casos sejam realmente esporádicos e não sejam frequentes. Fatos assim nós precisamos investigar.

Quero concordar também com a fala de V.Exa. de que os profissionais dos restaurantes comunitários levam muito a sério não só a qualidade da comida, mas também do atendimento.

Para finalizar, eu quero falar um pouco sobre uma manifestação gigante que houve semana passada. Foi uma manifestação tão grande que não conseguíamos falar de outra coisa, não conseguíamos entrar na internet e ver outra coisa – só que não! Falo da manifestação que o Partido dos Trabalhadores tentou, pelo menos, organizar no dia 8 de março na Avenida Paulista.

Eu vou ler algumas manchetes aqui. “PT usará Dia Internacional da Mulher como teste para ato de esquerda”. Outra notícia: “Gleisi convoca militância total para ato na Avenida Paulista no Dia Internacional da Mulher”. Há vídeos e convocações sobre isso. Chegando perto do dia 8, começam a ser publicadas outras matérias. “PT e governo batem cabeça sobre ato de rua em resposta à manifestação de Bolsonaro.” “Cúpula do PT não sabe se Lula deveria comparecer por falta de adesão de pessoas.”

Eu vou falar uma coisa: eu fiquei com pena da minha assessoria, que tentou buscar dados sobre essa manifestação, porque eles estavam na página 10, página 15, página 20 do Google e simplesmente não havia notícia, porque não houve gente. De acordo com o portal de notícias G1, centenas de pessoas marcharam pelas ruas da capital. Meu Deus! Você olha as fotos e vê que havia mais policial do que manifestante a favor do nosso presidente eleito, Lula. E mesmo com essas poucas centenas de pessoas, ainda houve bate-boca, ainda houve confusão, ainda houve intervenção da polícia. Entre as 700 mil pessoas que estiveram na Avenida Paulista, deputado Iolando, não houve um caso sequer de confusão, de furto, de pancadaria; mas essas 100 pessoas que foram lá manifestar a favor do Lula conseguiram fazer o que 700 mil não fizeram.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Então, com esse apoio tão forte que vemos ao Lula na rua, eu fico até surpreso com as notícias de que a esquerda é forte, de que a direita não existe mais. Ainda bem que o amor venceu todo esse ódio que vemos na rua.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto. Que sirva de lição para V.Exa. nunca mais ceder o aparte ao deputado Iolando, porque consumiu quase todo o seu tempo!

Quero registrar e agradecer a presença do João, atleta do caratê, que vai representar o Brasil no mundial em Malta – prazer, João. Que Deus o abençoe nessa caminhada! Você nos representa e para nós é extremamente importante a sua representação. O seu sucesso é o nosso sucesso. Conte com esta casa. Fica aqui o nosso abraço e o desejo de muito sucesso. Que você traga medalhas para o nosso Brasil, que precisa, em um momento tão delicado como esse!

Eu vou passar a presidência ao deputado pastor Daniel de Castro. Eu não sei se S.Exa. vai ceder a questão de ordem ao líder do próprio partido. Hoje ele está meio azedo, deputado Pepa. Deputado Pepa, eu vou fazer o seguinte: antes de eu sair, eu vou conceder a palavra a V.Exa. porque, se eu deixar para o deputado Pastor Daniel de Castro conceder a palavra, ele não vai fazê-lo. (Risos.)

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde a todos. Mais uma vez, é uma alegria estarmos aqui juntos.

João, estou aqui. Satisfação demais. O João é um menino lá de Planaltina. Um atleta que tem

se desempenhado bem. Para nós, é uma honra. Deus o abençoe, menino!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Antes de passar a presidência ao deputado Pastor Daniel de Castro, já que passarei na sequência, concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, que não abre mão. O deputado está só o bagaço por causa da dengue. V.Exa. não quer se preservar não, Gabriel? (Risos.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, boa tarde a todos e a todas.

Presidente, hoje são 3 assuntos que me trazem a esta tribuna. O primeiro é sobre educação, porque nós temos visto aqui neste plenário, infelizmente, alguns setores que insistem em atacar os grandes avanços que nós tivemos no ano passado e nesse ano com o governo Lula. E eles se esquecem do desastre que foi a gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Ontem atacaram a Conae, a Conferência Nacional de Educação, que voltou a acontecer neste país. Há, hoje, conferências em todas as áreas, porque o governo do ex-presidente inelegível não gostava de conferência, não gostava de ouvir a população.

Falaram aqui dos absurdos que a Conae discutiu e da oposição deles ao novo Plano Nacional de Educação. Eles se opõem mesmo ao atual, inclusive, porque foi o governo Bolsonaro que enterrou as metas do PNE. E, aqui em Brasília, o governo Ibaneis é quem tem enterrado as metas do Plano Distrital de Educação.

Eu quero ler aqui o que diz o PNE. Não são os delírios da extrema direita, como foi dito neste plenário ontem.

A meta 1 do Plano Nacional de Educação e do Plano Distrital de Educação é universalizar a educação infantil de 4 a 5 anos, ofertar creches públicas a crianças de até 3 anos em pelo menos 50% das matrículas na área pública. Ora, a fila do Distrito Federal em creche hoje é de 15 mil. É óbvio que a extrema direita, o PL é contra o Plano Nacional e o Plano Distrital de Educação, porque eles jogaram no lixo esse direito.

A meta 6 é educação integral em pelo menos 50% das escolas públicas. O governo Bolsonaro tirou todo o recurso para os estados. O DF hoje ocupa o último lugar no Brasil de oferta de matrícula em educação integral.

A meta 9 é alfabetizar todos; crianças, jovens e adultos. São 93,8% da população. O DF, que já foi território livre do analfabetismo, voltou a ter analfabetos. É claro que o PL, é claro que a extrema direita e o bolsonarismo são contra o Plano Nacional de Educação.

A meta 17 dispõe sobre a isonomia salarial para os professores, com a média das carreiras de nível superior. Eles são contrários a isso. Eles – o governo federal do Bolsonaro e o governo local do Ibaneis – operaram contra isso.

A meta 20 dispõe sobre o financiamento, os 10% do PIB para a educação.

É isso o que diz o Plano Nacional de Educação. É isso que foi retirado do texto da Conae, no último mês, para que voltemos a ter prioridade na educação pública no nosso país e nesta cidade. É óbvio que eu não tenho nenhuma expectativa de que a extrema direita vai defender essa agenda mesmo, não, pois passaram os últimos 6 anos atacando as escolas e a educação pública.

Quero falar também, senhor presidente, sobre a cultura, porque ontem foi um dia muito importante para esta cidade. O Condepac, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural – deputado Pepa, V.Exa. que é um grande defensor da cultura –, acatando uma orientação do Iphan, tornou o Fuá do Seu Estrelo patrimônio cultural desta cidade e deste país. Ainda não votaram a inclusão do registro dele no livro dos espaços, que ficou para a próxima gestão, mas já foi um grande avanço.

Eu queria fazer coro com a recomendação do secretário de cultura para que esta cidade possa preservar este espaço de tradição tão importante e que, agora, é patrimônio: o Fuá do Seu Estrelo. Que possamos preservar esse espaço, que possamos votar o PPCUB, garantindo a preservação desse espaço.

Então, quero parabenizar o Tico Magalhães por isso. Aliás, senhor presidente, está na Ordem do Dia projeto que concede o título de cidadão honorário de Brasília ao criador desse importante instrumento cultural. Que possamos reforçar a preservação desse espaço.

Quero também lamentar, presidente, porque ontem foi anunciada a publicação do resultado do edital do PAC da cultura. Sobre o CEU das Artes, o governo federal destinou 390 milhões de reais...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – O governo federal destinou 390 milhões do PAC da cultura para o chamado programa CEU das Artes, para a construção e reforma de equipamentos culturais.

Adivinhe, deputado Chico Vigilante, quais os únicos 3 estados que não inscreveram projetos? São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. Eles não apresentaram nenhum projeto para receber recursos, para fortalecer os equipamentos culturais de suas cidades. Parece que no DF não há problema com equipamentos culturais. Trezentos e noventa milhões!

Agora, vão abrir o segundo turno para a inscrição, então quero fazer um apelo ao Governo do Distrito Federal. Sabemos que o governo Ibaneis é oposição aos avanços que o governo Lula tem feito neste país. Sabemos do alinhamento desse governo com o radicalismo que levou o Brasil à derrota do governo da extrema-direita. Mas esse governo não pode ser irresponsável e, por sua opção ideológica, pelo seu alinhamento com o bolsonarismo, prejudicar a população do Distrito Federal.

Trata-se de um recurso do governo federal para todos os estados. Que o Governo do Distrito Federal apresente projetos para que possamos ter equipamentos culturais nesta cidade.

Por fim, eu não poderia deixar de responder à fala do líder do outro partido. Quero dizer o seguinte: dia 8 de março não é um ato do PT. Dia 8 de março é um dia de luta das mulheres no mundo todo.

Antes de existir PT, foi constituído o 8 de março. As mulheres lutavam por direitos iguais, por salários iguais, por direito a votar. Não foi o PT que inventou o dia 8 de março. O PT tem compromisso com a luta do direito de todas as pessoas, inclusive das mulheres – coisa que alguns partidos não têm.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder. Sem revisão do orador.) – Inclusive, nesta semana, foi votado no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei para garantir igualdade salarial entre homens e mulheres. Adivinhem quem votou contra? O PL.

A presidente do PL no Distrito Federal, deputada Bia Kicis, votou contra. Quem mais votou contra? A Carla Zambelli; o Fraga, do PL do Distrito Federal; o Eduardo Bolsonaro, do PL, votou contra.

Então, o dia 8 de março, deputado, não se tratou de um ato do PT. O PT tem muito orgulho de cerrar fileiras com as mulheres, e o PT tem muito orgulho de não fazer só discurso, de ter proposta e de ter votado no Congresso Nacional o projeto de lei que determina a igualdade salarial entre homens e mulheres, diferentemente do PL; da presidente do PL no Distrito Federal, deputada federal Bia Kicis. Esses não têm compromisso nenhum com as mulheres e com os direitos da população.

Obrigado, presidente.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, querido deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Realmente, deputado, o dia 8 é o Dia Internacional da Mulher, e o PT usou o dia 8 para tentar agregar quantidade de gente. Isto está no site do PT: "Gleisi convoca militância para atos na Avenida Paulista, para lutar pelos nossos direitos, fortalecer a democracia, cessar fogo em Gaza, direitos das mulheres". Tentaram englobar qualquer tipo de justificativa para botar gente lá e, mesmo assim, não conseguiram. Mesmo assim, não conseguiram colocar nem 200 pessoas na Paulista. Devem ter se esquecido de comprar o pão com mortadela. Só pode ter sido isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Ainda nos Comunicado de Líderes, concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu serei muito breve e não vou mais prolongar esse assunto.

Primeiro, eu me esqueci de, na tribuna, prestar minha solidariedade à deputada Paula Belmonte pelo falecimento do pai dela. Toda força neste momento tão difícil!

Quero só dizer que o parlamentar que me antecedeu – eu não citei o nome dele e não entendo o pedido de uso da palavra – não estava presente, ontem, a uma sessão que foi histórica, nesta casa, presidida pelas 4 deputadas mulheres que nós temos.

Foram votados e debatidos aqui vários projetos de lei para garantir direitos das mulheres. Eu peço, encarecidamente, independentemente da matiz ideológica, que respeitemos, inclusive, o que esta casa tem feito e a história do dia 8 de março.

O dia 8 de março se trata de uma conquista histórica da luta de milhares de milhares de mulheres no mundo todo por direitos, pela sobrevivência, pela vida.

Então, eu queria pedir respeito pelo menos a isso, às várias que tombaram, que morreram, que foram perseguidas, que foram assassinadas, que foram torturadas para que hoje – e ontem, naquela sessão histórica desta casa presidida pelas 4 brilhantes parlamentares, independentemente do partido ou de suas visões ideológicas – pudéssemos aprovar tantos projetos importantes.

Que respeitemos pelo menos a luta histórica do conjunto dessas mulheres! Muitas, infelizmente, senhor presidente, morreram lutando pelo direito que precisa ainda ser conquistado, pois os direitos das mulheres nesta sociedade que infelizmente temos – patriarcal e machista – ainda não estão consolidados.

Então, eu gostaria de pedir ao parlamentar que pelo menos respeitasse se não o direito das mulheres, mas a história e a luta dessas mulheres todas, durante tantos anos, por direitos e por garantia à sua própria vida.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Também aproveito para – já fiz isto na Comissão de Assuntos Sociais – mandar minhas condolências à deputada Paula Belmonte. Realmente, ontem foi uma sessão histórica. Aliás, esta casa tem sido extremamente vanguardista. Estávamos nós deputados aí embaixo, e as deputadas desta casa dirigiam a sessão. Então, deputada Paula Belmonte, receba os nossos sentimentos. Que Deus a proteja e guarde!

Também quero aproveitar este momento para mandar parabéns e um carinhoso e afetuoso abraço ao jornalista Caio Barbieri, do portal GPS Brasília. Hoje é o aniversário dele. Meus parabéns, Caio. Que Deus o abençoe, amigo!

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Deputado Joaquim Roriz Neto, eu sigo a linha do deputado Wellington Luiz. Pedir a palavra é um direito que assiste ao deputado. Eu só peço ao nobre parlamentar que seja breve, pois o nobre deputado Iolando já está esperando para falar há uns 5 minutos.

Jamais cercearei palavra de ninguém, então concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero só para esclarecer que, em nenhum momento da minha fala, eu fiz algum tipo de referência criticando o Dia Internacional da Mulher ou a luta pelos direitos das mulheres. Muito pelo contrário, deputado Pastor Daniel de Castro. Essa é uma tática de narrativa e de argumentação fracassada que você aprende no primeiro dia de debate. Quando você está perdendo um argumento, quando você não consegue se sustentar, quando você não consegue justificar um ataque, você parte para um assunto completamente diferente.

Eu estava falando do fracasso que foi a convocação que a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, fez. Eu estava falando que ela não conseguiu botar gente na Paulista. O deputado Gabriel Magno fez uma ligação com essa fala, como se eu estivesse criticando o Dia Internacional da Mulher. Essa é uma tática barata de argumentação para pessoas que não conseguem sustentar críticas. Simplesmente isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu acho que há uma questão que precisa ser muito bem vista nesta casa. Não dá para aproveitar a TV Câmara Distrital para ficar inventando *fake news*, espalhando *fake news*. O Partido dos Trabalhadores não convocou manifestação nenhuma para o dia 8.

Talvez o que esteja desesperando o PL é que o PT, segundo o Datafolha, que não é um instituto petista, tem 25,5% de aprovação da população de São Paulo, que gosta do Partido dos Trabalhadores, e o PL só tem 5%.

O PT não convocou manifestação nenhuma. As mulheres, na luta delas, convocaram efetivamente uma, mas foram mulheres de todas as correntes partidárias, não só do Partido dos Trabalhadores.

Temos questões muito importantes a debater nesta casa. Façam o debate, em vez de ficarem mentindo no microfone desta casa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Querido deputado Thiago Manzoni, se V.Exa. me permite, nós temos aqui um referencial muito grande, que é o presidente, na condução desses debates. Eu estou aqui apenas para substituí-lo, embora o meu vice-presidente, o deputado Ricardo Vale, esteja ao meu lado.

O deputado Iolando já está há uns 10 minutos esperando, pois houve várias solicitações de uso da palavra.

V.Exa. aguarde um momento. Concederei a palavra ao deputado Iolando e, depois, a V.Exa.

Concedo a palavra ao deputado Iolando nos Comunicados de Líderes.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, deputado Pastor Daniel de Castro.

Cumprimento os meus colegas do parlamento e todos que nos acompanham nesta tarde.

Quero informá-los sobre um assunto importante que temos tratado constantemente nesta casa e que tem sido a bandeira principal da nossa trajetória na Câmara Legislativa desde o mandato passado. Neste segundo mandato, estamos atuando mais, com uma eficiência maior, para melhorarmos mais ainda a vida das pessoas com deficiência no Distrito Federal.

Quero ressaltar um tema muito importante que foi tratado por nós aqui. Fizemos uma indicação e destinamos uma emenda parlamentar para que se criasse, por meio da Secretaria da Pessoa com Deficiência, o chamado DF Libras-CIL Online, um sistema de integração entre as pessoas com deficiência auditiva e os servidores em determinadas situações aqui do Distrito Federal.

Vimos que esse projeto está sendo de grande importância para todo o Distrito Federal. Fizemos o seu lançamento no Palácio do Buriti e tivemos resultado positivo. Ele foi tão positivo, que nós tivemos, recentemente, a visita ilustre da comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal, a coronel Ana Paula. Ela teve a sensibilidade de chegar à Secretaria da Pessoa com Deficiência, no Palácio do Buriti, e acompanhou o lançamento do programa CIL Online.

Não sei se todos sabem o que é o CIL Online. CIL Online é um sistema de QR code. Vou apresentá-lo na tela para que todos vejam. Ela é um sistema que está sendo afixado em todo órgão público do Distrito Federal. As pessoas podem acionar com o próprio celular esse QR code e podem conversar com outra pessoa e fazer a comunicação. Pode ser uma pessoa com deficiência auditiva ou pode ser uma pessoa que queira se comunicar com uma pessoa com deficiência auditiva e tenha dificuldades. Se ela estiver em um órgão e precisar conversar com uma pessoa com deficiência auditiva, ela vai acionar esse QR code e poderá ter um diálogo legal, receber a demanda daquela pessoa com deficiência auditiva, atendê-la, dar-lhe atenção e ajudá-la com qualidade.

Eu quero parabenizar a coronel Ana Paula, comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal: é mais uma mulher que está ocupando cargo de destaque do Distrito Federal. Já havia a coronel Mônica, do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros; a nossa vice-governadora, Celina Leão; e também, agora, a comandante Ana Paula.

Fazendo referência às mulheres e valorizando o trabalho delas, nós colocamos uma mulher como administradora. Solicitei ao governador que colocasse uma mulher como administradora de Brazlândia, deputado Chico Vigilante. Agora há uma mulher administradora. No quadro, desde 1974, nunca tinha havido uma mulher como administradora – só há fotos de homens do início ao fim. O último foi o Marcelo Gonçalves. Hoje nós fizemos uma substituição. Pedimos ao governador para fazer a substituição por uma mulher, para dar valor, de fato, às mulheres nas posições de destaque do Distrito Federal e nas esferas federais também.

Meus parabéns à comandante-geral da Polícia Militar, coronel Ana Paula.

Quero dizer algo inusitado, algo único. Inclusive, a fala da coronel Ana Paula foi no sentido de que não será uma regra, mas uma exceção. Ela já pediu para confeccionar mil adesivos com o QR code – aqui estou com a foto da viatura da Polícia Militar –, que serão fixados em todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal. Vou repetir: todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal terão esse QR code. A partir do momento em que o policial que estiver em atuação, que estiver em atividade, abordar uma pessoa com deficiência auditiva, ele terá como se comunicar com ela através desse emblema, que vai estar em todas as viaturas da Polícia Militar do Distrito Federal.

Esse é um ganho ou não é para nós? É um ganho ou não é para esta casa? Essa é uma grande vitória para esta casa, que está transformando o Distrito Federal e fazendo com que esta cidade seja referência no Brasil e no mundo.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Isso jamais aconteceu em 64 anos de história da nossa capital, de história do Distrito Federal.

E vem mais por aí. Nós já temos marcado um encontro com a coronel Mônica, comandante-geral do Corpo de Bombeiros, quando também acionaremos o mesmo mecanismo. Colocaremos em todas as viaturas do Corpo de Bombeiros um emblema do QR code para que o Corpo de Bombeiros, numa ocorrência em que encontrar uma pessoa com deficiência auditiva, tenha o poder de conversar com aquela pessoa, mesmo se não souber interpretar Libras.

Você pode fazer isso agora. Qualquer pessoa, qualquer deputado que quiser se comunicar pode acionar agora esse QR code e já conversar com a pessoa por meio de uma plataforma de São Paulo, que vai dar todos os contatos e as informações daquela pessoa surda.

Quero falar da alegria, da minha satisfação em estar nesta casa sabendo que aquilo que temos feito – trabalhar em parceria, em conjunto com os senhores, parlamentares – tem dado resultado para centenas de pessoas com deficiência do Distrito Federal. Essa é a minha referência às pessoas com deficiência auditiva.

Quero parabenizar a comandante-geral e dizer, presidente, deputado Ricardo Vale, que vou fazer um ofício encaminhando-o à vice-presidência, à Mesa Diretora para que esta casa também seja exemplo e para que coloquemos QR code em todos os gabinetes, na presidência, nas comissões, para que tenhamos exemplos a dar de que esta casa também respeita as pessoas com deficiência nesse ponto.

Já quero deixar oficializado esse pedido a V.Exa., que assume a responsabilidade neste momento.

Para finalizar a minha fala, quero dizer que fizemos um projeto de lei para criar a Sala do Silêncio em todas as esferas públicas e privadas do Distrito Federal, nos *shopping centers*, rodoviárias, em lugares de grandes aglomerações.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, presidente, isso é para que as pessoas com autismo tenham, naquele momento de crise, um aconchego de uma atendente, o acalento de uma pessoa que sabe lidar com pessoas com deficiência, em especial os autistas. Que as pessoas com autismo possam estar em uma sala chamada Sala do Silêncio, totalmente protegida, com desenhos, para que haja todo o atendimento específico para elas. Isso é uma alegria muito grande para nós.

Para finalizar meu discurso, recebi, no meu gabinete, agora há pouco, uma servidora que passou no concurso público – Larissa, técnica de enfermagem. Ela foi aprovada, mas, na hora de assinar o termo de posse, ela não pôde tomar posse por causa daquela mesma briga que há constantemente, deputado Chico Vigilante. A Subsecretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, da

Secretaria de Economia, não aceitou o laudo médico dela, uma vez que ela é autista.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Isso é um absurdo! Nós não podemos aceitar isso. O governador já está ciente dessa causa, já está ciente de outras causas, e nós não aceitamos isso. Esta casa não vai aceitar que o Governo do Distrito Federal – que é respeitador, que criou a primeira Secretaria da Pessoa com Deficiência – tome a posição de excluir os deficientes na hora em que eles têm os seus direitos cerceados. Nós não aceitamos isso. Acreditamos que o governador e o secretário Ney vão rever a situação dessa servidora Larissa e de tantos outros mais que precisam ingressar no serviço público do Distrito Federal.

Muito obrigado, presidente. Agradeço. Desculpe-me pela demora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Iolando.

Antes de chamar o próximo inscrito, quero saudar a presença do atleta João Pedro. Sei que alguns deputados já o fizeram. Quero saudar a mãe dele, Andreia, que eu conheço já há alguns anos. Conheço a luta dela para ajudar o João Pedro a se tornar um atleta profissional.

Você se tornou atleta agora, não é, João Pedro? Você se tornou um atleta profissional agora, João Pedro, e está indo inclusive para Malta disputar uma competição.

Como é difícil, como é dura a vida de um atleta no nosso país – e no Distrito Federal não é diferente! O sacrifício e a luta da mãe para conseguir recurso para esse jovem atleta – que é promissor, campeão de todas as competições no Distrito Federal – representar o Brasil é impressionante.

Parabenizo a família, os amigos, enfim, todos que, de certa forma, o ajudaram a realizar esse sonho de representar o nosso país nessa competição internacional. Boa sorte!

Também quero me solidarizar com a deputada Paula Belmonte, que, infelizmente, perdeu o pai. Eu, que já perdi o meu pai e a minha mãe, sei como essa dor é difícil, como essa dor é dura de suportar. Desejo que Deus possa dar muita força a S.Exa. assim como para a família para superar esse momento tão difícil.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu inicio o uso da palavra mandando um abraço para a deputada Paula Belmonte, para a família de S.Exa., esposo, filhos, irmãos, mãe. Mando para S.Exa. e para eles os nossos sentimentos. Que Deus leve conforto, leve consolo para a família de S.Exa. nesse momento de luto.

O Partido Liberal é, hoje, o maior partido do Brasil e preside as maiores comissões na câmara federal. A deputada federal Carol de Toni é presidente da CCJ; o deputado federal Nikolas Ferreira é presidente da Comissão de Educação. A janela política brasileira começou a se mover para a direita e talvez por isso o meu colega de partido, líder da nossa bancada na CLDF, tenha sido tão atacado hoje pelos nossos colegas de esquerda.

Acusaram o deputado Joaquim Roriz Neto de fazer *fake news*. Quando vemos o socialista apontando o dedo para alguém e chamando esse alguém de algo, saibam: além de ser mentira, ele mesmo é que está cometendo a tal *fake news*, seja lá o que isso for.

O deputado Joaquim Roriz Neto falou que o evento do dia 8 de março era do PT. O pessoal disse que não era do PT. Então, eu acessei o *site* do PT. (Mostra celular.) É possível ver isso no vídeo. Lá está escrito assim: "Gleisi convoca militância para ato na Avenida Paulista no Dia Internacional da Mulher (8)." A presidente do PT convocou o ato. Essa notícia está no Twitter do PT Brasil também (Mostra celular.). Ela está ali para todo mundo ver. A imagem talvez não esteja tão boa. Tuíte do PT Brasil: "O ato pela democracia do #8M está ficando lindo na Paulista!" – entre outros.

Centenas de pessoas foram ao ato. Centenas de pessoas parece-me um pouquinho menos que 750 mil pessoas. Essa diferença brutal de popularidade talvez seja o motivo do ímpeto raivoso que se levantou contra o deputado Joaquim Roriz Neto ao expor a baixa adesão que o Partido dos Trabalhadores tem hoje. Essa é uma verdade no Brasil inteiro.

Eu gostaria de me solidarizar com V.Exa., deputado Joaquim Roriz Neto, meu líder, líder do PL, e dizer que o que deputado Joaquim Roriz Neto tinha dito da tribuna era verdade: o PT convocou o ato. A presidente do PT convocou o ato. O *site* do PT tinha o convite para o ato, e, nas redes sociais, o

PT chamou as pessoas para irem para a manifestação. A esta manifestação quase ninguém foi. Paciência! Às vezes, as pessoas aderem a determinadas pautas; outras vezes, não aderem. Os números do dia 25 de fevereiro – as centenas de milhares de pessoas – mostram que o brasileiro quer mesmo é Deus, pátria, família e liberdade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO IOLANDO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu também quero me solidarizar com a deputada Paula Belmonte. O momento é triste. Quando nós recebemos ontem a notícia do falecimento do pai dela, ficamos bastante comovidos. Ela estava aqui, ontem, conosco, ajudou a presidir a casa porque foi um dia específico para todas as mulheres. Eu peço perdão por não ter ficado até o horário em que se encerrou a sessão, eu tinha um outro compromisso, saí daqui às 18 e 30, enquanto elas ficaram até às 20 horas.

Parece que ela estava, inclusive, já prevendo alguma coisa. Eu conversei com ela, que estava sentindo algumas dores. Ela falou: “Iolando, eu estou aqui na marra, mesmo com dores”. Parecia que estava pressentindo algo, e aconteceu a perda do pai dela, por causa de um infarto fulminante, algo muito triste. Eu quero me solidarizar com ela, na hora dessa perda, e com toda a família, porque realmente não é fácil perder um ente, muito menos o pai ou a mãe. Então, manifesto minha solidariedade à deputada Paula Belmonte.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Dando continuidade aos Comunicados de líderes, concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhores deputados, eu quero falar de coisas que interessam à população brasileira, de coisas com as quais a população realmente tem preocupação.

Quero falar de uma lei que existe e muitas vezes não é cumprida, levando à necessidade de se ingressar na justiça. No caso de pessoas que adquirem o financiamento de uma casa e adoecem de uma forma irreversível, a Caixa Econômica é obrigada a quitar a casa.

Eu quero falar de uma senhora de Águas Lindas de Goiás que procurou o meu gabinete. Ela tinha assinado um contrato do Minha Casa, Minha Vida. Ela teve um infarto, ficou acamada, mas a Caixa continuava cobrando as prestações da dona Elenice e não quitava a casa dela. Ela nos procurou no meu gabinete, e, por meio da assistência jurídica que nós demos a essa senhora, em 48 horas, conseguimos que a Justiça Federal – a Vara Federal de Anápolis, já que a residência é em Águas Lindas – concedesse uma liminar suspendendo o pagamento. Agora se encaminha a questão da quitação da casa.

Portanto, é importante que todos que passarem por uma situação dessa procurem o Judiciário, pois serão prontamente atendidos. Eu vou encaminhar o expediente à direção da Caixa, reiterando a necessidade do cumprimento da lei, porque são milhares de pessoas que passam por esse tipo de situação, para que não tenham que ingressar na justiça. Nesse caso, nós ingressamos na justiça, ganhamos a ação, e ela agora não precisa pagar absolutamente mais nada, porque a casa terá que ser quitada.

O segundo ponto que eu quero abordar no dia de hoje é um assunto que venho, pelo menos há 40 anos, discutindo no Distrito Federal – é sobre a questão do sistema de transporte público do Distrito Federal. Eu, até hoje, participei de todas as lutas dos trabalhadores do transporte e sempre ao lado da comunidade. Eu tenho informação, presidente Ricardo Vale, de que o sistema de transporte do Distrito Federal poderá entrar em colapso agora no mês de abril. Portanto, está próximo.

Quando eu tomei conhecimento disso, fui procurado pelo Sindicato dos Rodoviários, tive a iniciativa de marcar uma reunião, e tivemos essa reunião, no dia de hoje, na Casa Civil do Governo do Distrito Federal, reunião coordenada pelo secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha, com a participação do secretário de transporte, Zeno; com a participação do secretário de economia, Ney Ferraz; com representantes, inclusive, o dono mesmo das 5 empresas de transporte do Distrito Federal; e ainda com o presidente da nossa casa, deputado Wellington Luiz.

Foi uma discussão muito franca, muito honesta. Realmente o sistema precisa mudar sua

realidade. Eu acredito que, a partir dessa reunião de hoje, estaremos caminhando para encontrar uma solução para o transporte público do Distrito Federal, que é altamente subsidiado, que tem que continuar sendo subsidiado, até porque, se assim não for, nós viveremos a mesma situação que vive hoje o pessoal do Entorno do Distrito Federal, onde as pessoas estão pagando até 20 reais de tarifa.

Portanto, é preciso continuar sendo subsidiado, é preciso que esse debate seja travado, efetivamente, com a comunidade, para melhorarmos a qualidade do transporte público do Distrito Federal.

Existe o compromisso assumido – que está sendo cumprido – da renovação completa da frota das empresas que não havia sido renovada ainda.

É essa a mensagem que eu trago, presidente. Estarei sempre nessa batalha em defesa do transporte de qualidade para a população do Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel, como líder.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente deputado Ricardo Vale, todos presentes a este plenário ou que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Início este pronunciamento dando solidariedade à deputada Paula Belmonte. Externo os meus sentimentos pela perda do seu pai, no dia de ontem. Que S.Exa. e família se encontrem bem.

Presidente, informo que aceito apartes. Quem quiser pode fazê-los à vontade. Eu queria que os deputados da base do Governo do Distrito Federal usassem o microfone e a tribuna para debater a situação real do Distrito Federal. S.Exas. são base do governo atual. Eu queria fazer uma pergunta: nós não vamos relatar os problemas reais do Governo do Distrito Federal?

Tive um almoço com a companheira Maninha e com o Toninho do PSOL hoje. Nós não conseguimos terminar o almoço, tranquilos. Nós ficamos comovidos, provocados e sensibilizados, Deputado Fábio Félix, com a imensa quantidade de pessoas pedindo dentro dos restaurantes da capital deste país. Tentamos ajudá-las de todas as formas. Só na nossa mesa, contamos que passaram 20 pessoas. A cidade de maior IDH, a maior potência *per capita* do país esconde uma Brasília real sobre a qual ninguém vem tratar.

Ontem, o deputado Ricardo Vale fez uma audiência pública importantíssima, sobre as pessoas em situação de rua. Como vamos resolver o problema dos empobrecidos – não dos pobres – desta cidade? Ninguém é pobre. As pessoas são empobrecidas. Cada uma das pessoas com as quais conseguimos conversar tinha profissão e formação, mas estava sem perspectiva de acesso à requalificação profissional. Havia pessoas que sequer sabiam que podiam usar um serviço de atendimento, deputado Fábio Félix. Vendiam todo tipo de mercadoria: pano, balinha, tudo. Nós nos sentimos provocados porque estávamos almoçando, e aquelas pessoas sequer haviam almoçado naquele dia.

Eu queria chamar a base do governo para debater essa Brasília real. Como o governo que V.Exas. apoiam está pensando em resolver esse problema? Ninguém traz para nós a solução. Não acho que haja uma solução fácil, mas de qual solução V.Exas. estão tratando para isso com o governo?

São 3 mil pessoas em situação de rua! Dez por cento (*sic*) da população do Distrito Federal estão em situação de mendicância, e nós não conseguimos resolver esse problema! Isso é uma vergonha para nós! É uma vergonha, inclusive para esta casa, não conseguirmos dar a atenção necessária às pessoas! Andamos pela capital do país, e as pessoas estão sem dignidade!

Quando pensamos num ponto de apoio para as pessoas tomarem banho e café da manhã, no Setor Comercial Sul, deputados dizem que são contrários a isso, deputado Fábio Félix! Querem tirar! São higienistas! Odeiam pobres! Só gostam de pobres num período, quando topam tudo, tomam café e visitam as casas. Depois, eles se esquecem deles, completamente.

Todas as vezes, eu me sinto provocado por esse assunto, que quero debater aqui. Como vamos encarar a prioridade de políticas públicas às pessoas mais vulneráveis desta cidade? São pessoas que escolheram esta capital para viver, não tiveram boas oportunidades e estão excluídas do acesso à moradia, ao trabalho, à renda e à saúde.

E por falar em saúde, eu queria que a base também viesse aqui falar disso para nós. Ontem,

entre tantos e tantos pacientes que estão sofrendo no hospital, um paciente com um diagnóstico grave não conseguiu realizar sua cirurgia emergencial, porque faltou ambulância para levá-lo para um outro hospital. Não havia ambulância na capital do país!

Convoco a base que defende o governo a vir aqui dizer o que vocês estão pensando desse governo. Vocês vêm aqui e falam do governo nacional, citam coisa que não tem nada a ver. Mas como vocês estão tentando resolver o problema desta cidade com o governo de vocês? Vocês desenham uma ilha da maravilha! Falam, quando postamos na internet, que somos mimizentos! Mas não têm coragem de apresentar uma proposta para esta cidade!

Existem pessoas morrendo de dengue! E lembramos que, há 6 anos, nós estávamos na estaca zero da mortalidade por dengue nesta cidade. E, hoje, já batemos mais de 100! Isso não é acaso! Isso é projeto! Isso é gestão! E nós não temos gestão no Distrito Federal hoje. Estamos abandonados, aliados apenas a um grupo específico de empresariado que enriquece nesta cidade, enquanto uma massa é expulsa de vivê-la com dignidade!

Para encerrar, deputado Ricardo Vale, eu queria falar da aprovação da Lei nº 7.462, que institui políticas de proteção às mulheres e de igualdade de gênero. Entre outros artigos desse nosso projeto, há o artigo que presume a capacidade de formação para os servidores que atendem nos órgãos, na estrutura do Governo do Distrito Federal, que compreendem a política distrital de proteção às mulheres a fim de que saibam diferenciar um assédio.

Cito o caso de uma jovem aprendiz que teve a coragem, ela conseguiu ser encorajada a fazer uma denúncia por ter sofrido assédio dos seus superiores dentro do seu local de trabalho. Ela teve sua parte íntima apalpada, houve piadinhas, conversas ao pé de ouvido. E a maior dificuldade para quem sofre assédio é conseguir ter condição suficiente e coragem de chegar ao órgão, se expor e ter o acolhimento.

Mas, infelizmente, quando ela procurou... Nós temos aqui o relato, por exemplo, do agente da delegacia que fez a seguinte declaração: "Não há informações de nenhum ato explícito no sentido de que ensinasse qualquer tipo de nudez. Mas, de fato, houve condutas, no mínimo, inconvenientes". Assédio agora virou inconveniência. Continua: "Que somadas às declarações da ofendida podem ensejar indiciamento". Pode, não! Qualquer ato de abuso, de violência sexual, de constrangimento, de piadinha, de conversa, de convite para determinadas coisas que imputam a pessoa ao constrangimento, à vergonha, isso é crime, deputado!

E um agente do Estado não pode dizer que não houve tal conduta e que pode ensinar. Nós vamos formar os nossos agentes, primeiro, para entender: amplo contraditório para todo mundo. Mas o mais importante é que as mulheres – nós estamos debatendo aqui a rede de proteção – para que elas tenham noção de que qualquer ato, mesmo diante da hierarquia ou não, dos seus pares, dos seus trabalhadores, se ela se sentir incomodada, ela tem condição de denunciar. E esse processo precisa avançar! O ato de investigar precisa ser constatado, senão...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Como líder. Sem revisão do orador.) – Muitas continuarão sem conseguir o amparo para levar à frente a denúncia de ter sofrido um assédio sexual no trabalho.

Fica aqui um pouco da nossa reflexão. Nós precisamos avançar muito, sobretudo a masculinidade tóxica que ainda acha que tem poder sobre os corpos das pessoas e, quando estão no seu micropoder, acham que têm relação e domínio sobre as decisões dos outros. Inclusive, para se manter em determinados *status*, precisam se submeter a condições ou ações completamente vergonhosas.

Obrigado, senhor presidente, mais uma vez, sou grato.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, muito obrigado, até por V.Exa. ter assumido a presidência. Eu aprendi com o meu nobre e querido deputado Fábio Félix que quem está aí tem que ter um comportamento diferenciado; nós somos aprendizes. Mas eu gosto de desafios, e o deputado Max Maciel fez um desafio à base do governo. Vou falar por mim: aqui está o deputado Pastor Daniel de Castro, base do governo.

Orgulho-me por ser da base deste governo. Naturalmente, por ser da oposição, é fácil criticar.

Eu não vou entrar em um debate, mas, se eu fosse criticar o governo Lula, pensem em como eu teria carta na manga; eu passaria o dia todo criticando o governo Lula – pelo déficit na economia, que está um frangalho –, mas eu não vou entrar nesse debate, hoje eu não vou. Vou deixar isso para o deputado Thiago Manzoni. Eu vou defender o governo Ibaneis, deputado Max Maciel, porque, quando nós somos da oposição, se quisermos...

Não é o caso de V.Exa. – V.Exa. sabe o respeito que eu lhe tenho, admiro o seu preparo, admiro o estudo que V.Exa. realiza. Eu ando demais pelas cidades, nós temos igrejas em todas as cidades. Por exemplo, hoje eu passei o dia em Brazlândia, e quero parabenizar o deputado Iolando; eu vi quanta emenda ele está apresentando para aquela cidade. Isso acontece com a força do governo, o deputado apresenta, e o governo executa, e a cidade vai se transformando.

Hoje eu vi um vídeo do deputado Hermeto mostrando como S.Exa. está cuidando do Núcleo Bandeirante e do Park Way. Nós também cuidamos: o deputado Rogério Morro da Cruz cuida de São Sebastião como se fosse um prefeito daquela cidade. A base é para isso; se nós estamos cuidando, estamos cuidando em nome de alguém, e o nome é: governador Ibaneis Rocha.

Há problemas? Eu gostaria de saber onde há uma cidade sem problemas, pois eu queria ser o primeiro morador dessa cidade. As cidades têm problemas, são grandes, os recursos não são muitos, mas nós andamos por esta cidade e vemos uma cidade asfaltada, tapa-buraco acontecendo, poda de árvores. Ainda estamos no meio de uma chuva que faz o mato crescer uma barbaridade, e onde eu passo eu vejo o SLU podando árvores, pintando o meio-fio. Segunda-feira eu estava chegando a casa às 2 horas da manhã, o Detran estava lá pintando faixas de pedestre. As aulas começaram, o Detran pintou quase todas as faixas de pedestre na frente das escolas, trazendo segurança para as nossas crianças.

Deputado, o governo não é ausente, ele está contratando. Com todas as dificuldades, ele contratou médicos, enfermeiros, Avas, ACS. É pouco, concordo com V.Exa., mas ele está fazendo o seu papel, ele está presente. Nós temos um secretário da Casa Civil que é uma pessoa extremamente humanizada, está sempre aqui conosco debatendo os problemas. O doutor José Humberto, secretário de governo, está sempre com a porta aberta para nos atender.

Então, eu quero dizer a V.Exa. que eu me orgulho de ser da base desse governo. É um governo trabalhador, é um governo exitoso, é um governo que faz – o Ibaneis não mede esforços. Aliás, vou deixar um recado para a oposição, que sabe disso: ao olhar o mapa, vi que há deputado de oposição que executou mais emenda do que deputado da base do governo! Esse é um carinho que o governador Ibaneis demonstra por esta casa, por todos os 24 deputados.

É claro que é fácil subir ali e criticar, mas nós também temos que ser honestos e falar das coisas que o governo está fazendo no Distrito Federal. V.Exa. vem falar da saúde, que é um problema eterno! Nós tivemos grandes governadores no Distrito Federal, como o Agnelo Queiroz, uma pessoa extraordinária, humana, um médico, casado com a doutora Ilza, também médica, e ele não conseguiu resolver o problema da saúde, porque não é fácil! Porém, não falta ao governador Ibaneis a vontade, a determinação de contratar, de alocar recursos e de fazer o que é necessário para cuidar dessas cidades, e ele tem cuidado. Com a base – pode ter certeza –, cuida mais ainda, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, presidente, deputados e deputadas. Eu queria começar esta sessão de hoje me solidarizando com a deputada Paula Belmonte pela perda do seu pai, uma notícia que nos entristeceu na noite de ontem. A deputada estava muito feliz na sessão de ontem, e nós tivemos essa notícia no final da noite. Portanto, quero me solidarizar com ela e com a sua família por essa notícia, assim como vários outros deputados já fizeram aqui.

Eu queria começar esta fala de hoje enaltecendo, presidente, um esforço coletivo que a esquerda do Distrito Federal está fazendo. Nós tivemos um encontro nesta semana, na segunda-feira,

que reuniu parlamentares, lideranças, presidentes de vários partidos da esquerda para construir uma unidade. Nós sabemos que não é fácil, porque nós não construímos unidade com acordos pragmáticos, nós não construímos unidade com troca de favores, nós construímos unidade com princípios.

E nós queremos e devemos construir um programa de transformação da realidade do povo do Distrito Federal, sabendo olhar para trás, fazer a crítica dos erros do passado, fazer a autocrítica, olhar no olho de cada um da população do DF entendendo a realidade concreta deles e por que nós vivemos uma triste situação no DF, hoje, com uma profunda desigualdade social.

Então, foi fundamental esse encontro, que contou com a participação de deputados desta casa; deputados federais; lideranças partidárias, como a da senadora Leila, do deputado Reginaldo Veras, da deputada Erika Kokay. Os parlamentares deputado Max Maciel, deputado Gabriel Magno e eu também participamos. Os outros parlamentares não puderam participar. E também os presidentes de partidos. Compareceram também a essa reunião os candidatos ao governo do DF na última eleição: Keka Bagno e o ex-deputado distrital Leandro Grass. Essa foi uma reunião importante e eu gostaria de ressaltar esse esforço coletivo na construção de um programa comum para o Distrito Federal.

Em segundo lugar, presidente, eu queria tocar em um tema que está em voga agora. Todo mundo acompanhou a notícia pelos celulares da aprovação pelo Senado Federal da PEC das Drogas. O Senado Federal aprovou a PEC das Drogas na Comissão de Constituição e Justiça. Sabem qual o resultado dessa aprovação? Nenhum! Nada muda na política de drogas do país. Nenhum! Quem quer usar drogas e é branco e rico, continua usando droga à vontade, porque não há batida policial, não há fiscalização e não há punição, como é hoje. Usa-se drogas à vontade no Lago Sul, no Lago Norte, na Asa Sul, na Asa Norte. Os filhos de ricos, os filhos de deputados, os filhos dos donos de poder usam à vontade. No máximo, eles vão para uma clínica quando o pai e a mãe acham ruim porque estão usando demais. E a perseguição ao pobre continua, a perseguição à população negra periférica continua.

É isso! Com a PEC das Drogas do Senado não se muda nada. Eu estava lendo o relatório final e essa PEC é tão vazia! Nesse relatório diz assim: "Inclui-se no art. 5º da Constituição que a posse e o aporte de qualquer tipo de droga no Brasil é crime". Aí, na hora das penas, deputado, fazem o que já existe hoje: pena alternativa, advertência, multa, doação de cesta básica e ida a uma clínica. Não muda nada! Já é uma contravenção porque não há pena de reclusão hoje. Já não há pena de reclusão!

O que está em debate hoje no Supremo, em si, não é nem a criminalização. O que está em debate na prática é quem vai definir e como vai ser definido o que é usuário e o que é traficante. É isso que está em debate! A definição hoje se dá por meio do agente da polícia, do delegado de polícia, que fala: "Esse é o traficante. Esse é o usuário." Eles falam e aí a definição é de classe social. Quem tem influência, deputados, quem tem pai rico, mãe rica, sai de lá como usuário. Não importa, deputado, se a pessoa estiver com 3, 5, 10 quilos.

Agora, o pobre que não tem retaguarda pode estar com pouquinho, mas sai de lá como traficante. Essa é a realidade no país! É dessa realidade que temos que saber falar. Quando falamos em Senado, a Constituição Brasileira, deputado Chico Vigilante, fala que o senador tem que ter mais de 35 anos e há uma série de requisitos – que não há para deputado distrital ou deputado federal, por exemplo. Imaginamos que eles conseguirão fazer uma reflexão da realidade mais madura. Mas, não, querem aprovar algo que não serve para nada, que não muda nada da situação, hoje, e que não pensa na realidade.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quem está preocupado com as drogas deveria estar preocupado com a discussão de como é que iremos montar uma rede de saúde mental para atender os usuários, para atender as pessoas que fazem o uso abusivo de drogas, para atender a população que está em situação de rua e uso abusivo de drogas. É isso! Devemos fazer um debate sério sobre o tema. Quem é contra as drogas deveria, neste momento, colocar na mesa um debate resolutivo. A PEC das Drogas foi aprovada na CCJ, mas o que acontecerá? Algum usuário de droga vai parar de usar droga? Onde muda alguma coisa? E o que muda? Não muda nada! Então, eles estão se propondo a não fazer nada!

Eu queria fazer um desafio. É a esquerda, é a direita... Vamos fazer um debate da realidade sobre isso. Regulação não quer dizer liberação. Regulação é fazer um debate a partir das diferentes perspectivas sobre um tema, dados da realidade desde que o mundo é mundo. Os Estados Unidos lá atrás proibiram o álcool. Adiantou? Não adiantou. Voltaram atrás na proibição do álcool. Na verdade, construiu-se uma grande máfia em torno do álcool nos Estados Unidos e eles regulamentaram o álcool.

É preciso fazer um debate com seriedade. Há gente inteligente em todos os campos políticos e

ideológicos com disposição para olhar além do clique no TikTok, além da *clac* no Twitter, além de tudo isso, e para fazer um debate de realidade sobre a questão da droga no Brasil, sobre os diferentes tipos de usuários e sobre a diferença entre uso e tráfico.

Óbvio que todo mundo acha importante combater o crime organizado, esse, sim, muitas vezes chefiado até pelos espaços de poder, que andam até nas aeronaves oficiais, que têm dinheiro para financiar o narco em todas as Américas e transportar para o mundo inteiro. Esse tem que ser combatido. Agora, vamos fazer um debate sério sobre drogas, conversar com quem entende, chamar neurocientistas, chamar gente que faz atendimento na rua. Vamos conversar com as pessoas, com o usuário, ouvir pessoas sobre esse tema.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Para não fazermos esse papel patético do Senado brasileiro. O Senado se rebaixa, o micro-senado brasileiro, o micro-senado brasileiro que se rebaixa para aprovar uma PEC que não significa nada para a população brasileira.

Encerro esse tema dizendo que lamento o que o Senado está fazendo, presidente, porque não ajuda o Brasil. É um papel trágico que o Senado cumpre hoje em não discutir essa questão e não dar um passo à frente no debate real sobre a diferença do usuário e do traficante e em não fazer o mínimo debate sério sobre a política de drogas.

Antes de encerrar a minha fala nos Comunicados de Parlamentares, para concluir, eu não poderia deixar de falar sobre o novo boletim epidemiológico da dengue divulgado pela Secretaria de Saúde. O deputado Max Maciel já citou isso aqui, mas há gente que vem aqui e fala grosso com o governo federal, mas nós estamos vivendo a pior tragédia de dengue da história do DF.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Há gente que praticamente nunca falou sobre isso, nunca tocou no assunto aqui. Nós estamos vendo uma tragédia enorme aqui no Distrito Federal. São 140 mil casos prováveis da doença desde o início deste ano, um aumento de 1.575% no número de casos prováveis em relação a 2023. O número de casos graves este ano está 7.250% maior do que no mesmo período do ano passado. Nós estamos falando da pior unidade da federação no enfrentamento à dengue, sem rede de atendimento, sem prevenção, com gente morrendo o tempo inteiro. É uma questão de classe, porque enquanto aumentou 650% nas regiões próximas e no Plano Piloto, em algumas regiões, como o Sol Nascente, aumentou 4.600%. Esses são os dados da dengue, é uma tragédia humanitária. Esta casa devia parar e falar de dengue o tempo inteiro, porque esse tem que ser o tema prioritário. Não importa ser base, não adianta a base tentar pintar o Ibaneis maravilhoso, o governo lindo de Ibaneis Rocha, se as pessoas estão morrendo sem atendimento à saúde.

Eu quero dizer uma coisa que eu não falei em outros momentos. Eu acho que essa tenda que o governo está fazendo – com todo o respeito aos servidores, por quem eu tenho uma admiração enorme e que estão se esforçando, deputado Chico Vigilante – é uma farsa. Ela é uma farsa. As tendas na cidade são uma farsa. Eu visitei as tendas na cidade. Isso é uma farsa porque as pessoas estão em condições insalubres. O Ministério da Saúde, a área técnica do Ministério visitou as tendas e falou que as tendas deveriam ser em locais que tivessem o mínimo de salubridade e condição para a dignidade das pessoas.

Sabe quem são os servidores, deputado Ricardo Vale, que estão nas tendas? São os mesmos médicos que deveriam estar nas UBS. Eles saem da UBS. Então, em vez de haver 2 médicos na UBS de Samambaia, 2 médicos na UBS de São Sebastião, fica 1, e o outro vai para a tenda.

Então, não inventaram nada. Deveria haver um contrato temporário. Mais pessoas deveriam ser chamadas para ampliar o atendimento.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não é o caso do que está acontecendo hoje.

Deveria existir uma mobilização geral sobre esse tema. O tratamento que o Governo do DF, que o governador Ibaneis Rocha está fazendo a respeito da dengue é uma tragédia humanitária nesta cidade. E a Câmara Legislativa precisa responder a isso. As pessoas estão morrendo sem atendimento no Distrito Federal. E tem um culpado, um culpado que não trabalhou e não fez o dever de casa: o Governo do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Registro a presença do doutor Eduardo Carneiro de Brito, natural de Mamanguape, Paraíba. Ele é médico. Assume o seu primeiro mandato como deputado estadual. A sua carreira política começou como vereador de Mamanguape em 2009. Aliás, em 2009, ele foi eleito prefeito de Mamanguape, sendo reeleito em 2013. Atualmente ele preside a Comissão das Cidades da Unale.

Seja bem-vindo aqui. A sua presença enriquece esta casa. Agradecemos a visita.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Só para registrar, estamos aqui com o doutor Eduardo Carneiro. É uma satisfação, porque eu também assumi a vice-presidência de assuntos sociais da Comissão das Cidades na Unale.

O doutor Eduardo Carneiro está visitando a nossa casa no dia de hoje e visitou também a Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana. Temos uma tarefa – não é, doutor Eduardo? – de conseguirmos levar as experiências entre os estados e municípios para as boas práticas da cidade.

Então, é um prazer estar com o doutor Eduardo Carneiro, deputado estadual do Solidariedade da Paraíba.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado pela presença.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz.

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ (Sem partido. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela oportunidade, presidente. Ótima tarde a todos os deputados e deputadas. Quero prestar solidariedade à minha amiga, nossa deputada e irmã Paula Belmonte pela perda do seu pai.

Quero dizer que ontem foi uma sessão maravilhosa.

Presidente, eu realmente faço parte da base, mas tenho feito o meu papel, que é reivindicar, lutar pela melhoria de todos os segmentos. Na área da saúde, destinei mais de 5 milhões de reais. Na área da educação, tenho acompanhado as escolas na questão da destinação para o PDAF. Tenho cobrado de todas as secretarias melhorias para o Distrito Federal, especialmente para a região onde moro, que é São Sebastião e Jardim Botânico.

Quero dizer que o deputado é eleito para reivindicar, para cobrar. Tenho feito o meu papel.

Quanto às pessoas em situação de rua, quero dizer que já fui à Secretaria de Desenvolvimento Social e lá protocolei documento em que peço uma atenção especial para essa área. Hoje, dentro de São Sebastião, senhor presidente, há 7 casas de passagem. Temos de distribuir essas casas para outras cidades. Mandem para o Lago Sul, para o Setor Sudoeste. Por que o Lago Sul não pode abrigar uma casa de passagem? É só São Sebastião? Em Taguatinga, uma cidade tão grande, só há uma. Mandem também para a Ceilândia, para o Sol Nascente, para Planaltina. Essa é uma situação em que nós precisamos dar as mãos.

Eu sou, sim, da base do governo com muito orgulho e tenho cobrado dele. Hoje, São Sebastião está passando por uma limpeza total. Então, quero parabenizar o SLU, a Novacap e a Administração Regional de São Sebastião. Eles estão fazendo isso porque eu estou cobrando deles, como morador, como liderança. Esse é o nosso papel. Não quero ficar aqui discutindo e perdendo meu tempo quando precisamos ganhar tempo. Precisamos nos doar, dar sugestões para melhorar. Esse é o papel de um verdadeiro líder, de um representante do Poder Legislativo. Não estou aqui brincando de fazer política. Estou aqui exercendo o meu papel como representante e vou cobrar, sim, do governador e de todos os secretários.

Quero dizer que sou da base, que vou continuar firme e forte cobrando e também parabenizando, pessoal. Não adianta somente criticar. Criticar é mais fácil. Porém quem está na ponta, quem está sofrendo... Eu moro dentro do Moro da Cruz. Enquanto eu estiver aqui, até o último dia em que eu estiver nesta casa, eu vou falar que moro dentro de um bairro que não tem água encanada, que não tem rede de esgoto, que não tem saneamento. Onde eu moro não é asfaltado. Mas está tudo documentado, porque palavra o vento leva. O que está documentado, o que está registrado, vamos continuar cobrando. Sendo da base ou não, eu irei cobrar.

Muitas pessoas falam: "Ah, mas você indicou 2 administradores, tanto o do Jardim Botânico quanto o de São Sebastião". Indiquei, sim, mas tenho cobrado deles. Eles estão recebendo salário para

darem resposta à sociedade. Eles não estão ali fazendo nenhum favor, assim como eu também não estou aqui fazendo favor nenhum à sociedade. É mais do que a minha obrigação exercer a minha função, assim como o governador Ibaneis Rocha. É mais do que obrigação os seus secretários também darem resposta e resultado para a sociedade brasiliense. Mas vamos ser sinceros: o governo tem se esforçado bastante para melhorar.

Hoje eu tenho articulado, junto com o governo local e com o governo federal, a questão do hospital. Quero parabenizar o governo federal por ter liberado 129 milhões. Eu não estou aqui para brigar por partido *a, b, c* ou *d*. Eu tenho de lutar pela população. É por isso que, muitas vezes, eu fico agoniado aqui, porque em vez de pautarem melhorias para a cidade se colocando à disposição, estão brigando, estão falando de Lula, de Bolsonaro. Eu não quero saber de Lula ou de Bolsonaro, não.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO ROGÉRIO MORRO DA CRUZ – Para finalizar, presidente. Eu quero saber é de qualidade de vida para a sociedade brasiliense. Então eu não vou fazer defesa a ex-presidente, a presidente atual. Se o presidente atual quiser levar melhorias a essas cidades onde a população sofre, assim como eu sofro dentro do Morro da Cruz, aí eu vou vir aqui parabenizá-lo. Mas, por enquanto, eu continuo aqui defendendo sempre a população.

Para finalizar de vez aqui, presidente, eu quero fazer um pedido ao DNIT sobre a BR-251, que corta São Sebastião e o Jardim Botânico. Aquelas entradas dos bairros ali, tanto a do Zumbi dos Palmares quanto a da área rural da Aguilhada, estão precisando ser melhor sinalizadas. Há uns trechos próximos a São Sebastião que precisam ser melhorados. E quero dizer também que o DNIT precisa liberar a questão das paradas de ônibus. O DNIT foi lá, mandou a fiscalização, mandou remover algumas paradas que foram colocadas para os alunos. Ali também passa o ônibus convencional para Nova Betânia. Eu estou até com os ofícios aqui, presidente, e quero que o diretor-geral do DNIT, o senhor Fabrício de Oliveira, tome providências e olhe com bons olhos a nossa região.

Muito obrigado, e que Deus nos abençoe hoje e sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado.

Ainda nos Comunicados de Parlamentares, pergunto se algum deputado quer fazer uso da palavra.

Vou seguir as inscrições.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Boa tarde. Boa tarde aos parlamentares presentes, às nossas equipes de assessoria; boa tarde a você, cidadão do Distrito Federal, que assiste a nós pela TV Câmara Distrital ou pelo nosso canal no YouTube.

Eu começo falando, pessoal, sobre o governo Ibaneis. Não vou me estender muito na defesa, não, mas quem anda na rua sabe que o governo Ibaneis tem a aprovação da população do Distrito Federal. Tinha até o final de 2022, por isso foi reeleito em primeiro turno, e continua tendo. É o governo perfeito? Não, claro que não. Mas tem a aprovação da população, e governo perfeito é um negócio que não existe. De modo que é muito fácil efetivamente fazer o uso da tribuna para ficar tacando pedra e querendo desgastar a imagem do governo. Seria mais fácil apresentar soluções, mas as soluções são complexas, porque os problemas de uma cidade do tamanho de Brasília são problemas complexos. A solução da maioria deles não passa pelo governo.

E aqui eu gostaria de responder a algumas falas que me antecederam falando sobre pobreza e sobre igualdade ou desigualdade. É uma estupidez querer combater a desigualdade. Os seres humanos nunca serão iguais. Eles nunca escolherão de maneira igual. E, para cada escolha diferente que os seres humanos façam entre si, eles obterão resultados diferentes. As pessoas escolhem profissões diferentes, roupas diferentes, tênis diferentes, candidatos diferentes, espectros políticos diferentes – e isso traz resultados diferentes a elas. Então, a igualdade não existe, a não ser que seja uma igualdade como a de Cuba, ou a da Venezuela: uma igualdade na miséria, em que todos são pobres, em que todos são miseráveis. Então, não há que se combater a desigualdade.

Por outro lado, nós não podemos tolerar a pobreza. A pobreza deve ser combatida. E a pobreza não é combatida quando o gerador de riqueza é desrespeitado. O que acontece no Brasil, hoje, é que o gerador de riqueza é desrespeitado, é ofendido, é agredido – principalmente pela classe política de viés de esquerda. É como se prosperar fosse crime. É como se prosperar fosse errado, e o empreendedor que prospera – e com a sua prosperidade gera dezenas, centenas, milhares de empregos – fosse

errado porque deu certo na vida. Ele é visto com olhos ruins e, quando prospera muito e se torna milionário, por exemplo, aí mesmo é que é tratado como se fosse um criminoso, um vilão.

E o que é que se tem de fazer, segundo o viés esquerdista dessa equação? Temos de tributar. "Vamos tributar, porque o cara não pode enriquecer". E aí você tira a riqueza dele e distribui para pessoas que não produzem o que ele produz, que não geram emprego, que não geram renda. O resultado disso: essas pessoas se acomodam e são aleijadas pelo papai Estado. E, ao mesmo tempo, esse cara que estava gerando riqueza se vê desestimulado a produzir.

Moral da história: a economia deste país vai fracassar. O Brasil vive isso há décadas – há décadas! Nós precisamos entender que a solução dos problemas da sociedade não vai ser dada pelo Estado. O Estado não é o pai das pessoas, o Estado não é o provedor das pessoas, o Estado não é responsável pelas nossas vidas ou pela nossa existência: cada um de nós o é!

Falta um pouquinho de nós, cidadãos, assumirmos a responsabilidade pelas nossas escolhas e pelo resultado das nossas escolhas e pararmos de apontar o dedo para governo, como se o governo tivesse a obrigação de resolver os problemas das nossas vidas. O governo só precisa sair da frente e deixar-nos trabalhar. Todo ser humano sonha com uma vida melhor. E o modo de alcançar uma vida melhor é trabalho. Todos os que trabalham prosperam. E, quando não prosperam, é porque o governo não deixa – com tributo e com burocracia.

O que eu estou querendo dizer é que quem causa a pobreza é o Estado. O maior gerador de pobreza ao redor do mundo é o Estado – esse a quem as pessoas se acostumaram a recorrer. O Estado deveria existir para garantir 3 direitos humanos inatos a todos os seres humanos: à vida, à liberdade e à propriedade privada. E o resto? Cada um de nós é capaz de trabalhar e de conseguir por si mesmo.

À medida que demandamos direitos do Estado, outros direitos, o Estado precisa se financiar. E, para se financiar, ele tira dinheiro do povo. Ou seja, ele empobrece a população. A verdade é que todos os que querem viver às custas do Estado se esquecem de que é o Estado que vive às custas de todos nós. Ao entregar ao Estado a responsabilidade pelas nossas vidas, nós estamos entregando o direito de que o Estado tire de nós o dinheiro e a liberdade. Quem quer viver às custas do Estado se esquece de que é o Estado que vive às custas de todos.

Então, nós precisamos combater a pobreza e deixar que as pessoas gerem riqueza. Fora disso, não haverá solução nem para o Distrito Federal nem para o Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, senhor presidente.

Obrigado.

Boa tarde. Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu imagino a responsabilidade que é para um parlamentar vir à tribuna, para fazer o seu discurso.

É natural que essas casas de leis, não só a Câmara Legislativa, se dividam mesmo – base e oposição. Todo governo, no exercício de um mandato, define uma base para governar, isso é natural. Isso é assim em qualquer parlamento. Mas há que se ter muita responsabilidade nas falas, porque as obrigações são compartilhadas. Bolsonaro foi massacrado pela esquerda como negacionista, fascista e todos os "istas" que existem foram imputados ao Bolsonaro, mas Bolsonaro comprou mais de 600 milhões de vacinas e as distribuiu para os estados.

Agora, vem um parlamentar nesta tribuna questionar a dengue no Distrito Federal? Está correto. Precisa, porque há mais de 100 mortes, casos graves, mas vamos lá, e as mortes no Brasil? Mais de 1.000. E a responsabilidade de vacinar do governo federal? Por que não comprou vacina? Ela está desde maio, do ano passado. E cadê as vacinas que não chegaram, deputado Iolando, para os estados? Você não pode fazer uma crítica, exclusivamente, no estado, sem tirar a responsabilidade... Porque é fácil, aqui, no estado, ele é oposição. No governo federal, ele é situação.

Mas, calma lá, vamos ser racionais, vamos ter coerência com o discurso. Tem responsabilidade o Ibaneis, tem responsabilidade o Lula. Eu poderia vir a esta tribuna e chamar o Lula de negacionista, de fascista, de tudo quanto é "ista", porque ele não comprou vacina. Cadê a vacina? Não chegou. Mas vocês não vão ver eu fazendo isso, aqui, não, porque temos que ter um princípio de racionalidade.

Vacina não cai do céu. Não chega da noite para o dia. Aliás, até que o Bolsonaro comprou rápido. Em 45 dias da primeira manifestação do vírus da covid para a primeira pessoa vacinada. Estamos falando que em maio do ano passado já havia vacina disponível, vacina da dengue, e o governo federal não comprou ainda, não.

Então, isso precisa ser feito com muita responsabilidade, mas muita responsabilidade mesmo. Ainda no campo do desafio. Olhem só o que a Secretaria da Saúde fez? Já em 2023. Ela é perfeita? Não. Tenho crítica, como base do governo, eu faço. Nenhum problema. Mas não deixo de vir, aqui, fazer a defesa do governo, porque eu sou base. Mais de 8 milhões de atendimentos registrados, 120 mil cirurgias em 10 meses, 3 milhões de vacinas aplicadas no Distrito Federal, 24,6 milhões de atendimento de alto custo entregues a 500 mil pessoas, mais de 1.550 servidores contratados, 3.200 laudos de concessão de passe livre especial a pessoas com deficiência. Programa Saúde na Escola: mais de 290 mil estudantes do SOS instituições de ensino beneficiados; mais de 74 milhões investidos em contratos de manutenção predial; cerca de 50 milhões investidos em aquisição de equipamentos.

Eu estive conversando com o governador, mostrando a necessidade de Vicente Pires, de Águas Claras. Imediatamente, ele autorizou chamar o secretário. Vai ter UBS, vai ter UPA, vai ter mais UBS em Vicente Pires, vai ter uma UPA em Águas Claras. Cada deputado da base...

Aqui está o vice-líder do governo, deputado Iolando. Eu falei, deputado Iolando, que estive na sua cidade hoje. E falei, ainda há pouco, do carinho que você tem por aquela cidade. Está linda! Eu fui naquele lago fazer uma atividade de tênis, eu andei um pouquinho em Brazlândia e eu falei: "Isso aqui é mão do deputado Iolando", mas duvido que seria só você. Você só tem 24 milhões em emendas a cada ano, e essas emendas vão para várias áreas. Se lá tem muita coisa, é porque o Ibaneis colocou a mão.

Eu estava assistindo, recentemente, a uma reunião que houve lá, uma audiência. O governador foi lá com V.Exa., e ele liberou a reforma total do Hospital de Brazlândia, dando a Brazlândia 20 milhões de reais. É sua mão! Deputado da base é assim que ele trata. Mas é mais do que isso: ele não trata assim só o deputado da base, não. Deputado de oposição, eu desafio: vá mostrar que o governador não executou quase na totalidade as emendas.

Falei, ainda há pouco, no mapa de execução de emendas, deputado Chico Vigilante.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É preciso haver sinceridade nessa conversa. Tem deputado da oposição que executou mais do que deputado da base. Isso é mostrar o respeito pela casa, porque esta casa é a representatividade do povo de Brasília.

Deputado Max Maciel, quando você está na comissão, discutindo os direitos, discutindo a necessidade de mobilidade, você está ajudando o governo. Neste momento, o governo é Ibaneis, mas amanhã será outro governador. Então, você faz por Brasília, pela responsabilidade que você tem como deputado.

É claro que eu sei que é natural fazer as inquiries e, muitas vezes, trazer aqui pautas pesadas e até críticas ao governo. Mas eu acho que, na crítica, nós temos que ter a sensibilidade de mostrar os acertos também. Não tenham vergonha, não. Eu acho que a oposição não tem que ter vergonha de vir aqui e falar que este governo é bom. Bom, não. É extraordinário, meu irmão. Tem defeito? Tem. Você quer ver como ele é bom? Ele foi reeleito em primeiro turno. "Ah, mas..." Não. Quem escolheu foi a população, a maioria que diz que ele é bom. Façam uma avaliação de governo. O governador Ibaneis está entre os melhores governadores do Brasil. Na sua avaliação. Agora, a crítica, quando a fizerem, nós estaremos aqui para enfrentá-la e juntos, inclusive, apresentar soluções. Vou apresentar.

Eu estou andando nas UPAs. Eu quero, inclusive, ir à Ceilândia, ao hospital, porque eu estou andando e o que eu vejo...

Dia desses, eu mandei para o doutor Juracy, do Iges... Fui à UBS, à UPA de Vicente Pires, e estava lotada, lotada, lotada. Eu mandei uma foto para ele. Passou uma semana e a doutora Nadja, que cuida das UPAs, me ligou e disse: "Vamos à UPA de Vicente Pires comigo". Eu fui. Sabem o que ela foi fazer? Levar longarina para o povo ficar sentado.

Muitas vezes é nossa responsabilidade mostrar os problemas para que o governo crie a solução. Eu ando na cidade.

Vou dar um exemplo. Segunda-feira eu tive que ir à Niquelândia. Eu saí de casa às 2 horas da manhã.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Já vou encerrar.

Eu estava passando na DF-001, que passa em frente ao 26 de Setembro, indo para Brazlândia, e estava tudo apagado. Eu tenho esse vídeo aqui. Eram 2 horas da manhã e eu não estava nem aí: filmei e mandei para o doutor Edison Garcia, da CEB. No outro dia, eu estava vindo, mais ou menos 11 horas da noite – eu mandei o vídeo para ele – e estava tudo ligado. Essa é a nossa função, não é, deputado Chico Vigilante? Como deputado do povo, temos que mostrar os defeitos, mas temos que ter certeza de que, se mostrarmos, haverá um governo que vai atender não por questão de base ou de oposição – e está demonstrado isso –, mas porque sabe que é uma necessidade de Brasília.

Brasília tem muitos problemas. O Brasil tem muitos problemas. Se não dermos as mãos, todo mundo – como disse bem o próprio deputado Max Maciel aqui –, base, situação, oposição para resolvermos os problemas, poderíamos usar a tribuna para atacar. Eu acho que isso não é o fator preponderante. O fator preponderante é que precisamos cuidar de pessoas e cuidar da cidade. Fazemos isso sendo sinceros e trabalhando em benefício da população. Eu tenho certeza de que a demanda que for levada ao governador Ibaneis será atendida, seja de que deputado for.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio. Pode ser, deputado Max Maciel? (Pausa.)

Deputado Max Maciel, V.Exa. é um cavalheiro.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, presidente, obrigada, deputado Max Maciel pela cessão da palavra. V.Exa. já estava aqui.

Eu subi para atender, presidente, uma demanda muito importante para o Distrito Federal. Nós estamos no mês da mulher. Ontem estivemos aqui, deputado Chico Vigilante, com uma plenária em que votamos vários projetos da mulher. Todos sabem que eu sou enfermeira há 23 anos. Eu sei das dificuldades da rede, mas eu quero trazer algo muito específico. Nós temos, como eu falei ontem, atendimento em relação à mulher vítima de violência em praticamente todas as pautas. É uma pauta transversal e há uma dificuldade de coordenação até para entendermos esses dados.

Nós temos os núcleos de prevenção. Pense bem, olhe o nome. São os Nupavs – Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência – não só a mulher, mas, em se falando de violência, passa-se pela violência contra a mulher –, dentro da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Falamos de prevenção e assistência. A verdade é que não temos tido nem prevenção nem assistência. Nem assistência muito menos prevenção. Por quê? Nós temos, na rede, 7 núcleos. Pasmem!

Esses núcleos não estão dentro do organograma da Secretaria de Saúde. Sabe a quem eles são ligados? Aos superintendentes, que são, vamos dizer, os pequenos secretários dentro das regiões administrativas. Sabemos que existe dificuldade de comunicação até entre as superintendências. Sabemos que, muitas vezes, uma determinação vem do próprio governo, da secretaria, e cada superintendente vai entender ou vai acabar tendo ações muito locais, muitas vezes, até com um desvio de entendimento, e aí a secretária tem que chamá-lo de novo e organizar essas demandas.

Os núcleos foram criados por uma portaria que, pasmem, não foi regulamentada. É a Portaria nº 942, que previa a criação, mas não tivemos a regulamentação. Eu pergunto para a secretaria: qual é o espaço técnico dentro do organograma da SES responsável por fazer protocolo de atendimento, dados, treinamento das pessoas dos núcleos? Dentro dos núcleos nós temos os Cepavs, que são os centros. São 7 núcleos e 18 Cepavs.

Deputado Iolando, V.Exa., que é um defensor de Brazlândia, sabia que, em Brazlândia, não há um Cepav? Pedimos para a secretaria que fosse criado um Cepav em Brazlândia. Sabe qual foi a devolutiva? Que não há servidor.

Existem os Nupavs, que são os núcleos de prevenção e assistência, e os Cepavs, que são os centros de proteção e assistência, que vão fazer a ação local. No Distrito Federal, são 18 Cepavs e 7 Nupavs.

Em Brazlândia, não há. Não há! Onde as mulheres estão sendo atendidas? Esse é o núcleo de atendimento à violência da SES, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Isso me preocupa, porque, se a secretaria não regulamentou isso, se o governo não regulamentou isso na própria secretaria, será realmente que está havendo uma preocupação do

Governo do Distrito Federal com essa pasta? Trago essa fala, porque a política pública para a mulher é feita com o esforço do Executivo em transformar isso em impacto real para as mulheres que estão na ponta.

Quero trazer uma coisa mais grave ainda: existe demanda reprimida, e isso não deveria existir, deputado Chico Vigilante! Uma mulher, uma pessoa que está em violência não tem como esperar. Se somarmos a lista de espera de todos os Cepavs, vai bater, mais ou menos uns mil... Vou pedir esse dado. O Ministério Público tem esses dados. Muitos núcleos não foram fechados por conta da canetada do Ministério Público, que tem tentado...

Não adianta fazer uma política de papel, como a RAV, que tem 1 ano. A RAV vinha trazer uma proposta totalmente importante: a transversalidade disso dentro da saúde. A violência pode entrar pela UBS; pode entrar pela UPA – que, inclusive, não se comunica com a SES, porque é Iges, e os sistemas não se comunicam; pode entrar pela atenção terciária.

Isso está sendo, neste momento, uma política de fachada, eu acho, já que não há servidor. Cadê os servidores para atender a essas mulheres? Quero trazer os dados do déficit de pessoal, para vermos se mulher tem sido importante. Não queremos flor, não queremos parabéns; queremos dignidade!

Em São Sebastião, há 3 anos, o Cepav está sem assistente social. Três anos sem assistente social, que é necessário para o atendimento! Planaltina está sem psicólogo. Pegam sabem de quem o psicólogo? De sobradinho. Descubra um santo para cobrir o outro.

E sabem quem está ficando doido? Os servidores! Os servidores têm que conviver com a violência sem uma política de saúde mental para eles e sem condição. Muitas vezes, os núcleos funcionam, presidente...

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – ... – para terminar – dentro de banheiro, embaixo de escada, porque um local decente para escutar a vítima de violência não é prioridade.

Nós vamos fiscalizar. Nós vamos fiscalizar. Nós vamos visitar.

Eu queria agradecer, porque, muitas vezes, não damos conta de saber tudo o que está acontecendo. Eu já sabia que estava mesmo um caos a saúde. Tenho falado isso em todas as plenárias.

Se a mulher é prioridade, vamos nos juntar. A pauta da mulher não tem partido, não tem lado; a pauta da mulher não tem base, não tem oposição. Se não há Cepav em Brazlândia, vamos lutar, juntamente com o deputado Iolando, para colocar um Cepav lá. Se não há servidor, vamos lutar por nomeação, porque esse é o meu nome. Quando falo que o meu nome é “nomeia”, não é para fazer nicho, nem fazer firula, nem jogar para a galera, é porque sei o impacto que as nomeações vão causar na ponta.

É impossível que haja um núcleo funcionando sem uma área técnica, sem uma política pública de verdade, sem servidor enquanto há mulheres na fila de espera para serem atendidas. Isso precisa acabar, deputado Max Maciel. A mulher precisa ser prioridade de verdade.

Então, nomeação já! Nomeação para todos da Secretaria de Saúde, porque o déficit é geral.

(Soa a campanha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Também mando um abraço aos nomeias – pessoal aprovado no concurso da CLDF –, porque há uma briga minha por nomeação na CLDF. Quero colocar um psicólogo e um assistente social na Procuradoria da Mulher, porque a Procuraria da Mulher não é da deputada Dayse Amarilio, é institucional. Nós sabemos que a Comissão de Direitos Humanos também precisa e, a partir do ano que vem, haverá também a Comissão de Decoro Parlamentar. Então, que também possam nomear o pessoal da Comissão de Direitos Humanos. Nós vamos lutar por isso!

Nomeação e dignidade no atendimento nos Nupavs e nos Sepavs, porque nós vamos agora para a ponta cobrar e fiscalizar!

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio. Parabéns pela sua intervenção.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel, ainda pelos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale, primeiro quero saudar toda a equipe do PAV que está presente. Também saúdo a comissão de aprovados da CLDF, que está aguardando nomeação – também esperamos vocês nesta casa. Parabenizo também a deputada Dayse Amarilio por sempre ser combativa nessa temática.

Eu gostei da provocação que fizemos, porque vieram para a tribuna com outra perspectiva e realidade. Eu acho isso, mas eu quero só aprumar um pouco o rumo.

Primeiro, eu falei qual é a proposta da base do governo para as problemáticas. Eu a estou aguardando aqui. Fácil? Não é, não. Quem diz que é fácil? Não estou falando que é fácil. Eu quero saber qual é a visão da base do governo para resolver o problema do empobrecimento das pessoas no Distrito Federal. Qual é a proposta da base sobre a problemática na saúde pública? Qual é? E a tribuna e os anais da casa sempre deixam registrado: eu nunca vim defender igualdade. Eu?! Eu sempre quis defender equidade, e disse isso o tempo todo. Nós não somos iguais mesmo, não! Quem disse que nós somos iguais? Nós não somos iguais mesmo, não! Nós estamos muito distantes, muito distantes, por exemplo, de uma região central ou do Lago Sul, que tem uma renda *per capita* 10 vezes maior que a Estrutural. Não somos iguais mesmo! Como é que nós vamos tratar diferentemente os diferentes desta cidade? Qual é o recorte do orçamento da política pública para potencializar os mais vulneráveis desta cidade? Estamos guardando a base vir aqui dizer.

Obviamente nenhum governo é perfeito. É bom quando falam isso aqui, porque, realmente, nenhum governo é perfeito. Não é perfeito nem lá e nem cá, e ninguém está dizendo que o governo é perfeito. Em nenhuma intervenção nossa, seja na Secretaria de Educação, na saúde, na mobilidade, em qualquer tema, nós fizemos ataques gratuitos sem apresentar uma proposta atrelada aos movimentos populares, sociais e da classe trabalhadora. Há conferências históricas, há encaminhamentos e pedidos históricos de política pública que nunca foram implementados.

Eu quero fazer um raciocínio claro de como uma parte dessa base que se diz conservadora às vezes perde conexão com a fala na temática real da resolução dos problemas. Muitos dizem, por exemplo, que o maior empobrecedor da população é o Estado. É, mas porque ele privilegia o empresariado – nesse ninguém toca. Ele é intocável. E Brasília tem uma coisa muito mágica, porque o empresariado desta cidade se mistura com o serviço público. O privado sempre serve ao público. Para o privado podemos dar isenção de ICMS; podemos dar a isenção de combustível; podemos permitir um Refis que dá 130 milhões de reais de abono. Mas para o pobre, para o empobrecido, que vai recorrer ao Estado? Eu vi aqui, o deputado falou: “Sempre a população recorre ao Estado”. Para esses é um crime, mas o empresariado pode recorrer ao Estado permanentemente! Essa é a nossa contradição.

Eu quero dar um exemplo aos nossos e eu aceito dialogar sobre essa grande problemática. Existe uma tese dos mais bilionários – incluindo o Vale do Silício –, que assinam um documento dizendo que a saída para o mundo é implementar o Renda Mínima, deputado Ricardo Vale, sabe por quê? Porque o capitalismo só existe com consumo. Se todo mundo empobrece, como é que esse capitalismo existe? Como ele vai sobreviver em uma geração que só vê aumentar cada vez mais o percentual da inteligência artificial e da automação?

Eles não são burros, é só ler, eu não vou indicar onde ler, não. Vá pesquisar, porque deu trabalho para estudar, vá estudar também. Vá estudar o que a Finlândia fez para não ter pobre. Este é o resumo: a Finlândia paga para não ter pobre, porque a Finlândia sabe que os empobrecidos trazem muito ônus ao erário e à lógica do Estado. Não é uma questão de renda, é de condição da sociedade, que sabe o quanto custa uma criança fora da escola.

Houve alguém aqui que ainda falou: “Venezuela, Cuba...” Eu não vou debater conjuntura internacional sem analisar a interferência de um país em outro. No Brasil não há embargo econômico, no Brasil existe o livre comércio. Mas no Brasil ainda há muito analfabetismo, em Cuba, não. Vamos resolver essa matemática, tragam-me a solução e nós resolvemos. Vai debater a fome? Eu não quero fazer a métrica de quem mais circula pela cidade, não. Eu não sou desses, todos aqui circulam pela cidade, pelos territórios. Só não vê quem está com fome na rua quem não quer. Então, só não vê quem está sem cadeira para sentar-se no atendimento de saúde pública quem não quer. Só não vê aquele...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – ... profissional de saúde que não consegue ter qualidade no trabalho quem não quer. Só não consegue ver que o PS do Hospital de Ceilândia – que tem 12 milhões de reais parados na Caixa Econômica Federal – não sai do papel quem não quer.

Essa é a pergunta que eu vou continuar fazendo para a base com a maior tranquilidade, posso um dia até ser situação, eu sou uma oposição com respeito, mas eu não alivio. Ainda quero saber da base deste governo: quais são as propostas e as políticas interventivas para a resolução desses problemas reais, sinceros e verdadeiros de uma capital desigual, criada para ser desigual, que expulsa todo dia os seus de terem acesso à qualidade de vida?

Assim eu encerro, presidente, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Antes de encerrar a sessão, eu quero falar um pouco sobre a audiência pública de ontem em que se discutiu a questão da população em situação de rua no Distrito Federal. Foi uma das audiências mais emocionantes da minha vida. Eu acompanho a Câmara Legislativa há muitos anos, fui deputado de 2015 a 2018, retornei agora. Foi um momento ímpar, porque pela primeira vez estiveram aqui pessoas em situação de rua que usaram esta tribuna e falaram tudo que estava dentro do coração delas, o sofrimento pelo qual elas passam nas ruas.

São muito tristes os depoimentos que escutamos ontem. A situação é gravíssima, são 8 mil pessoas em uma vulnerabilidade total. São 8 mil pessoas, segundo o CadÚnico, que não têm moradia, emprego; não têm possibilidade de criar e de construir relações sociais.

Fica aqui o apelo ao Governo do Distrito Federal e a esse grupo executivo que foi criado para que deem a essas pessoas uma atenção com muito carinho, com muito cuidado, porque elas merecem. Essa população tem crescido muito.

Ontem, vendo a participação e as intervenções deles, saímos daqui, todos nós, muito comovidos. Tivemos a presença de representantes de muitos órgãos do governo, inclusive eu quero agradecer ao Governo do Distrito Federal, na pessoa do Gustavo Rocha, que conseguiu mandar para esta casa a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Assistência Social, a Secretaria de Justiça, a Codhab, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Segurança e outros órgãos que eu não lembro aqui.

Então, foi uma audiência extremamente importante, que deu a essas pessoas a esperança de um futuro melhor, a esperança de que eles possam sair das ruas, a esperança de que possamos construir uma política pública que realmente funcione nesta cidade para tirar essas pessoas da rua.

Fica aqui esse registro. Como eu falei, foi um momento muito marcante na minha vida. Conversando, ontem, com o secretário Gustavo Rocha, da Casa Civil, a câmara vai participar desse grupo executivo que o GDF montou. Precisamos fazer uma força-tarefa, um pacto social, para resolver o problema ou minimizar a situação dessas pessoas de rua.

Eu queria parabenizar o movimento nacional que cuida dessa questão da pessoa em situação de rua, a Joana, o Cleidson, que nos procuraram, permitindo que fizéssemos uma das audiências públicas mais marcantes da história desta casa.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Eu gostaria de informar que, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.128/2024, de autoria do deputado Max Maciel, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 14 de março de 2024, será transformada em comissão geral para tratar sobre o Sistema de Bilhetagem Automática, SBA, do sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal.

Não havendo quórum para votação, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h11min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CEB – Companhia Energética de Brasília

Cepav – Centro de Especialidade para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, Familiar e Doméstica

CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados

CIL – Central de Intermediação em Libras

CLDF – Câmara Legislativa do Distrito Federal

Codhab – Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
Conae – Conferência Nacional de Educação
Condepac – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
GDF – Governo do Distrito Federal
ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Libras – Língua Brasileira de Sinais
Nupav – Núcleo de Prevenção e Assistência a Situações de Violência
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PAV – Programa de pesquisa, assistência e vigilância à violência
PDAF – Plano de Descentralização Administrativa e Financeira
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PNE – Plano Nacional de Educação
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
PS – Pronto Socorro
PT – Partido dos Trabalhadores
RAV – Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência do Distrito Federal
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social
SES – Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SLU – Superintendência de Limpeza Urbana
UBS – Unidade Básica de Saúde
Unale – União dos Legisladores e Legislativos Estaduais
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 14/03/2024, às 14:48, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **1580818** Código CRC: **2374B4A0**.